
TVE-RS: a Produção do Interior Gaúcho no Telejornalismo Público¹

Matheus Freitas da ROSA²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS³

Resumo

A Televisão Educativa do Rio Grande do Sul é uma emissora pública de televisão sediada em Porto Alegre e com transmissão em sinal aberto para todo o Estado, vinculada a Fundação Piratini. O canal trabalha em seu setor de jornalismo com um sistema de troca de conteúdos com veículos de comunicação do interior gaúcho. Assim, o presente trabalho se propõe a discutir a criação, as possibilidades e os desafios da rede de parceiros da TVE-RS, bem como a utilização da mesma no antigo jornal noturno da emissora, o Segunda Edição, atualmente substituído pelo jornal Panorama. Para tal, foi realizado acompanhamento da rotina de trabalho do referido programa durante a última semana de julho e a primeira semana de agosto de 2016, na forma de uma observação participante, bem como análise das edições exibidas nesse período.

Palavras-Chave: Comunicação pública; Produção regional; Telejornalismo; Televisão.

A TV Pública no Brasil

Em vários aspectos, nunca um meio de comunicação foi tão popular como a televisão. Companhia diária para milhares de brasileiros, atualmente ela está presente nas casas, nos escritórios, nos bares, nas salas de espera e em todo e qualquer espaço onde está presente seu público. Entretanto, sempre houve um dilema com relação ao caráter do meio no Brasil.

Ainda que o sistema seja quase totalmente privado, o sinal sempre foi considerado bem público e regulamentado pelo Estado. Porém, permanece o questionamento básico de como manter a produção autônoma com relação ao mercado, cuja publicidade é o principal financiador da mesma. Nas décadas de 1950 e 1960, as agências de publicidade trabalhavam na divulgação de produtos para a pequena elite proprietária de receptores.

Assim, as empresas interviam diretamente nos programas que patrocinavam, definindo equipes e conteúdos dos mesmos, ao ponto de terem suas marcas expostas no nome das atrações como o "Repórter Esso", "Telejornal Pirelli", etc. (MATTOS, 2002, p. 70). E mesmo com a gradual mudança da influência para formas mais indiretas de

¹ Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

² Estudante de Graduação 8º Semestre do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Fabico-UFRGS, email: matheusfreitasdarosa@hotmail.com

³ Pesquisa apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso na referida Universidade e produzida sobre orientação do professor Flávio Porcello.

controle, os anunciantes seguem participando de avaliações e financiamento de programas que estão de acordo com seus interesses. (MATTOS, 2002, p. 75-76).

Na TV Pública, os dilemas começam no próprio conceito, uma vez que o sistema é citado no Artigo 223 da Constituição da República Federativa do Brasil⁴, de 1988, mas nunca foi regulamentado pelo Congresso Nacional. Porém, o sistema é um pouco mais antigo que a atual Constituição.

Conforme Aguiar (2012, p. 138), as primeiras emissoras ligadas ao Estado no Brasil foram as televisões educativas (as TVEs). Criadas a partir do final dos anos 1960 pelo Regime Militar, tinham como objetivo ampliar o sistema formal de ensino, levando conteúdo educacional em nível de massas. Conforme o Decreto-Lei 236⁵, de 1967, as TVEs são voltadas exclusivamente para material educativo e operadas somente por universidades, fundações e pela União. Na sua criação, o sistema contava com apoio das televisões privadas e uma série de restrições impostas pelo Governo.

Tal sistema foi desenvolvido contando com a simpatia do setor privado, pois contribuía para desonerá-lo das “finalidades educativas e culturais” que pesavam indiferenciadamente sobre toda a radiodifusão. O setor privado, na formulação deste modelo de radiodifusão educativa, postulou e foi atendido na exigência de que o sistema criado deveria ser financiado exclusivamente por verbas estatais, com suas emissoras sendo impedidas de competir na disputa das verbas publicitárias disponíveis no mercado. Além disso, também para evitar a competição, o setor privado obteve a garantia de que as emissoras educativas fossem sujeitas a severa restrição em relação aos conteúdos veiculados. (AGUIAR, 2012, p. 138).

Embora tenha mantido relativo contato com espectador devido a sua presença nos canais abertos, o sistema das TVs educativas perdeu força ao longo das décadas seguinte. Várias emissoras passaram por sucateamento causado por falta de verbas e algumas mudaram inclusive as características de financiamento através de privatizações mudanças nas formas de custeio, tais como pequenas quantidades de publicidade, por exemplo.

Em 2007 foi realizado o I Fórum Nacional de TVs Públicas, o qual contou com a participação do então presidente Lula, representantes da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec), da Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCom), da Associação Brasileira de Emissoras Universitárias

⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em Agosto de 2016.

⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10236.htm>. Acesso em Agosto de 2016.

(ABTU), da Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral) e de outras entidades representativas da sociedade.

O documento final do evento, a Carta de Brasília⁶, foi divulgado em 11 de maio de 2007 e estabeleceu alguns parâmetros para a televisão pública no Brasil. Entre eles, estão o incentivo a formação crítica do espectador, o retrato das diversidades, a autonomia com relação a governos e mercado, o fomento a produção regional, etc. O Fórum também foi essencial para a criação da TV Brasil, emissora pública nacional que entrou em operação em 2 de dezembro de 2007. (AGUIAR, 2012, p.153)

Já o telejornalismo público tem alguns pontos fundamentais estabelecidos por Coutinho, feitos para a avaliação de produtos jornalísticos da TV Brasil. Assuntos diferenciados e que não possuem espaço na mídia comercial, mais profundidade e múltiplos pontos de vista, a valorização da dignidade humana independentemente de gênero, instrução, nível socioeconômico ou orientação sexual e a representação de grupos identitários presente em toda a cobertura jornalística cotidiana são alguns desses pontos (COUTINHO, 2013, p. 30-33).

Atualmente as TVEs, a TV Cultura, a TV Brasil e diversas outras emissoras públicas possuem relação muito próxima com os governos em situação, já que a mesma é paga pelo orçamento público. Assim, como o Estado é a fonte primária de recursos, constitui-se um desafio cotidiano para as televisões públicas se manterem isentas com relação a ele.

A TVE-RS

No ar desde 1974, a Televisão Educativa do Rio Grande do Sul (TVE-RS) possui uma longa e rica trajetória, passando por períodos cheios de especificidades quanto ao caráter da sua programação, a quantidade de programação local e o orçamento disponível para suas operações. Parte do movimento nacional de criação de TVs educativas, a TVE-RS teve seu canal outorgado pela União ao Rio Grande do Sul no dia 21 de julho de 1968, através do Decreto 62.882⁷.

Em 1973, o Governo do Estado firmou parceria com a Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS), iniciando a produção dos programas no campus com a participação dos alunos do Curso de Jornalismo. (FUNDAÇÃO CULTURAL

⁶ Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=18362>>. Acesso em Agosto de 2016.

⁷ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62882-21-junho-1968-404095-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em Setembro de 2016.

PIRATINI, 2002, p. 18). Em 1980, um incêndio obrigou a TVE-RS a mudar os locais de suas operações, ocupando o prédio da antiga TV Piratini, no qual está instalada até os dias atuais. No mesmo ano, a Lei 7.476⁸ autorizou a criação, ocorrida em 1981, da Fundação Televisão Educativa do Rio Grande do Sul, mantenedora da emissora e que passaria por várias mudanças na denominação legal até o atual “Fundação Piratini”, instituído em 2014 pelo seu estatuto atual⁹.

Ainda nos anos 1980 a emissora iniciaria transmissão para o interior do Estado, criaria novos produtos como o Pandorga, durante muitos anos o único infantil produzido no Rio Grande do Sul. No ano de 1995, Conselho Deliberativo da Fundação, antes composto somente por membros do Governo Estadual, passou a contar com vários membros de entidades sociais. Em 1998 começaram as transmissões via satélite, permitindo um alcance muito maior. (FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI, 2002, p.20-30).

Nos anos seguintes houve variações entre as gestões do Governo, algumas destinando mais recursos e atenção a Fundação, enquanto outras trataram a instituição com mais indiferença. Em 2011, foi assinado acordo com a TV Brasil para troca de conteúdos. Em 2014 foi realizado concurso público para qualificar e aumentar o quadro de pessoal. Nesse mesmo ano, iniciou-se a digitalização dos processos de produção da TVE-RS.

A transição digital da TVE-RS

Conforme Jenkins (2006, p. 334) a digitalização é o "processo pelo qual imagens, sons e informações são transformados em bytes de informação que podem fluir pelas plataformas midiáticas e serem facilmente reconfigurados em diferentes contextos." Ainda segundo o autor, as tecnologias desenvolvidas nesse processo permitem o acesso à mídia em vários suportes como televisores, computador ou aparelhos celulares. Assim, existem perceptíveis alterações tanto na produção quanto no consumo de mídia.

Na TVE-RS, a obsolescência dos equipamentos, suas constantes falhas devido ao tempo de uso e as consequentes perdas de materiais tornaram a digitalização dos processos de produção extremamente necessária para as atividades da casa, bem como

⁸ Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2007.476.pdf>>. Acesso em Setembro de 2016.

⁹ Disponível em: <<http://www.fundacaopiratini.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=166&id=338>>. Acesso em Setembro de 2016.

para facilitar o trabalho com a rede de parceiros¹⁰. Entretanto, os procedimentos legais ligados à administração dos recursos públicos interferiram nessa migração, o que resultou no uso de um sistema de tecnologia mista, onde o trânsito de material entre o antigo suporte em fitas e o digital tornou-se comum e necessário.

Em 2014, nos telejornais diários, cada matéria passava por um longo processo, que era totalmente via fitas de vídeo. A captação era feita com câmeras equipadas com videoteipe, a edição em sistemas lineares de corte seco¹¹, e na exibição o suíte de programação¹² precisa dar o play na versão final da matéria, gravada também em fita.

Imagem 1: Ilha de Edição Linear com videoteipes padrão DVC-Pro. Atualmente é utilizada somente em raríssimas ocasiões na Direção de Jornalismo da emissora, sendo um sistema considerado obsoleto.



Fonte: Do autor (2016)

A edição digital só começou a tomar forma no primeiro semestre de 2016, quando as ilhas lineares apresentavam problemas quase diariamente, tais como repentinas paradas de funcionamento dos aparelhos de videoteipe. Três novas ilhas não-lineares¹³, até então em fase de testes, começaram a operar definitivamente.

Entre a compra do sistema e o início da operação dessas ilhas, era necessário o intercâmbio de arquivos digitais de vídeo das câmeras e dos computadores para fitas DVC-Pro, padrão linear das ilhas de edição. Essa operação dificultava, sobretudo, a edição de materiais da Rede de Parceiros, cujos conteúdos são trocados pela internet.

Imagem 2: Ilha Não-Linear do sistema de edição digital da TVE-RS

¹⁰ Relato baseado na observação das rotinas de trabalho da Direção de Jornalismo da TVE-RS.

¹¹ Sistema de edição considerado obsoleto atualmente. Em geral é composto por aparelhos de videoteipe, uma mesa para operação dos cortes e monitores de vídeo. A edição ocorre diretamente nas fitas, sem o uso do computador.

¹² O suíte de programação é o local onde são concentrados os equipamentos responsáveis diretamente pela exibição, tais como a mesa de controle das câmeras do estúdio, gerador de caracteres e, naturalmente, os aparelhos de videoteipe.

¹³ A edição não-linear é caracterizada pela operação efetuada totalmente por computador, através de softwares desenvolvidos especificamente para esse fim como Adobe Premiere e Edius.



Fonte: Do autor (2016)

A rede de parceiros da TVE-RS

Segundo Militão Ricardo¹⁴, chefe da Divisão de Novas Mídias da emissora na época da criação da rede, ela iniciou a partir da necessidade de aumentar a presença de notícias do interior do Rio Grande do Sul nos telejornais da TV, e de fazer isso com um mínimo de custo, em função do expressivo corte no orçamento da Fundação Piratini ocorrido na gestão do Governador José Ivo Sartori. Em um primeiro momento, a ideia foi apresentada às TVs universitárias. Aos poucos, material produzido por tais unidades ganhava espaço nos telejornais e o leque de parceiros se abriu conforme a necessidade de cobertura em diferentes localidades do interior do Estado. Assim, televisões comunitárias, WebTVs e até Jornais que se preparavam para iniciar pequenas produções audiovisuais passaram a compor a rede.

Embora seja proponente da parceria, a TVE-RS não é o centro da mesma, e o intercâmbio de materiais acontece em via dupla. Assim, além de receber as notícias dos parceiros, a emissora também envia suas notícias para os parceiros. Essa característica permitiu que alguns telejornais, sobretudo de emissoras comunitárias, pudessem exibir as notícias da capital. Essa troca é a base da parceria, a qual se desenvolve sem envolver pagamento em dinheiro pelos conteúdos. A TVE-RS não exige características editoriais específicas das emissoras, respeitando as definições dos mesmos quanto ao tratamento dado aos produtos. As pautas também são definidas pelas parceiras, conforme os temas de relevância para sua região, o que difere essa rede do sistema tradicional de afiliadas usado na TV comercial.

[...] o telejornalismo, ele mostra matérias feitas no interior do Estado que são pautadas e são produzidas pelo parceiro do interior. Não é uma demanda nossa.
 [...] Pode parecer que não tem muita diferença, pode parecer sutil, mas na

¹⁴ Informações de entrevista concedida a este autor.

verdade o jornalista e as centrais de jornalismo de cada parceiro, eles estão lá na região, eles sabem o que são os assuntos importantes para aquela região (RICARDO, 2016)

Durante a maior parte do tempo de operação da rede, atuei como um de seus operadores, inclusive durante a observação para a presente pesquisa. Para fazer o uso de materiais da rede, estabeleceu-se a seguinte rotina¹⁵:

- Diariamente, a coordenação da rede na TVE-RS faz uma série de contatos prévios com algumas das emissoras ao longo da tarde, escolhidas aleatoriamente ou a partir de notícias factuais no interior do Estado, previamente consideradas relevantes para os telejornais em reunião de pauta. Fica combinado o envio das matérias mais interessantes.
- Um e-mail com a previsão de materiais a serem recebidos é escrita e enviado pela coordenação da rede aos demais operadores da mesma.
- Dois produtores – um pela manhã e outro a tarde – são responsáveis por receber os materiais via sistema WeTransfer.com e fazer o download em uma rede específica para esse fim.
- Materiais factuais ou de interesse prévio dos editores-chefe dos telejornais são passados aos mesmos, os quais encaminham os arquivos para adequação ao tempo e formato a ser exibido no jornal.
- Paralelamente a esse processo, a chefia de pauta da TVE-RS elabora uma lista com as pautas previstas para o dia seguinte e envia por e-mail para os contatos das parceiras.
- Os parceiros enviam e-mail solicitando o envio das matérias que forem de seu interesse.
- As pautas solicitadas que foram confirmadas têm suas matérias digitalizadas e enviadas aos parceiros também via WeTransfer.com, geralmente pelo produtor da tarde, logo após o final do telejornal noturno, o Segunda Edição.
- Também de responsabilidade dos produtores, um relatório diário é elaborado, catalogando todos os materiais recebidos, exibidos, enviados naquele dia e os que chegaram em dias anteriores, mas ainda permanecem inéditos. Esse relatório é enviado por e-mail para todos na redação.

Análise de Dados

¹⁵ Relato baseado na rotina de trabalho deste autor.

Conforme mencionado anteriormente, o objeto pesquisado passa cotidianamente pela operação deste autor, durante sua rotina de trabalho como produtor executivo na TVE-RS. Assim, a metodologia para coleta de dados escolhida foi a observação participante, a partir da perspectiva de Haguette (1992). Conforme a autora, a definição mais completa a respeito da técnica foi desenvolvida por Morris Schwartz e Charlotte Schwartz durante um trabalho de campo desenvolvido em um hospital de doenças psiquiátricas nos anos 1950. Além das já conhecidamente importantes condições da presença constante do observador e da interação com o objeto, tal perspectiva ainda coloca o espectador como ativo no contexto nas ações desenvolvidas no contexto inserido, sendo influenciado e influenciando o mesmo simultaneamente.

A definição de Schwartz e Schwartz, a mais completa, aceita não só a presença constante do observador no contexto observado como a interação face a face como pré-requisito da observação participante, já constantes das definições anteriores. Estes autores incorporam, entretanto, quatro aspectos novos: a) o fato de que a observação participante tem como finalidade a coleta de dados; b) esclarecimentos sobre o papel do observador, que pode ser revelado ou coberto, formal ou informal, parte integrante ou periférica quanto a estrutura social; c) referências ao tempo necessário para que a observação se realize, o que pode acontecer tanto em um espaço de tempo curto como longo; d) chamam a atenção para o papel ativo do observador enquanto modificador do contexto e, ao mesmo tempo, como receptáculo de influências do mesmo contexto observado. (SCHWARTZ, M.; SCHWARTZ, C., 1955¹⁶, p. 343-354 apud HAGUETTE, 1992, p. 73).

Para a análise do material audiovisual gravado durante a observação, foi aplicado o conceito da audiência presumida, proposto e aplicado por Vizeu em análise realizada em 2000 a dois telejornais locais do Espírito Santo, o Tribuna Notícias e o ESTV 2ª Edição. No trabalho, o autor destaca a característica do profissional de telejornalismo em buscar antecipar o perfil e a percepção do espectador com relação a suas mensagens (VIZEU, 2005, p. 94-95).

Assim, a análise dos materiais se baseou na identificação de fatores que justifiquem a presença desses materiais no telejornal Segunda Edição. Dessa maneira, a partir da antecipação do perfil do receptor da mensagem do referido telejornal, as matérias são explicadas a partir dos operadores de atualidade, operadores de objetividade, operadores de interpelação, operadores de leitura e operadores didáticos, propostos por Vizeu em sua análise.

¹⁶ SCHWARTZ, M.; SCHWARTZ, C. *Problems in Participant Observation*. *American Journal of Sociology*. 1955. p. 343-354.

A observação foi realizada na Redação da Direção de Jornalismo da TVE-RS, entre os dias 25 de Julho de 2016 e 05 de Agosto de 2016. Durante o período, foram acompanhadas as rotinas de edição do telejornal Segunda Edição. Na época, o programa ia ao ar de segunda a sexta-feira das 19h às 19h30, tendo em média 25 minutos totais de produção. Ao todo, dez edições foram gravadas para análise, através de download do canal no Youtube da emissora, contabilizando 4 horas e 12 minutos de conteúdo.

Durante o período de observação, 69 materiais da rede foram recebidos e 29 foram ao ar no Segunda Edição, aproximadamente 42%. A duração média dos mesmos com relação ao total do jornal foi de 15,8%¹⁷. Esses números não contabilizam materiais em vídeo produzidos por assessorias de imprensa nem imagens cedidas por outras emissoras comerciais tradicionais, exibidos no jornal em poucas ocasiões, em forma de Nota Coberta. Também cabe ressaltar que alguns materiais exibidos foram recebidos antes do período de observação, pois vários deles permanecem salvos na rede como gaveta, para irem ao ar algum tempo após serem recebidos.

A edição com mais exibições de materiais das parceiras foi a do dia 4 de agosto, no qual houve paralisação dos servidores estaduais em várias cidades do Rio Grande do Sul. O tema foi abordado com material da Lagoa dos Patos TV (Tapes), TV UCPEL (Pelotas), TV Cachoeira (Cachoeira do Sul) e Vale TV (Novo Hamburgo). Essa edição também exibiu uma Nota Coberta sobre a situação do Hospital Montenegro, composta por material da TV Cultura do Vale (Montenegro), uma Nota Coberta sobre a fuga em massa de detentos de um presídio de Pelotas, composta por material do Jornal Diário Popular (Pelotas), um VT sobre a UTI Neonatal do Hospital da Cidade de Passo Fundo, da UPF TV (Passo Fundo) e um VT sobre um projeto fotográfico cujos modelos são crianças negras de Santa Cruz do Sul, do Jornal Gazeta do Sul (Santa Cruz do Sul). O total de materiais da rede chegou a 40% dessa edição.

Já a menor presença de materiais da rede de parceiras ocorreu igualmente em duas edições. No dia 28 de Julho foi usado somente um VT sobre a Sociedade Lajeadense de Auxílio aos Necessitados, produzido pela TV Univates (Lajeado). Em 29 de Julho foi usado somente um VT sobre o uso de madeira de demolição para fabricação de móveis, produzido pela UPF TV (Passo Fundo). Nas duas edições, os

¹⁷ A duração média dos materiais do interior em cada edição foi calculada considerando o total de notícias da mesma, em todos os formatos, como 100% e calculando a porcentagem a partir do número de notícias editadas a partir de materiais da rede. O valor médio apresentado aqui é resultado da soma das médias de cada edição, divididos pelo número total de edições analisadas.

materiais da rede corresponderam a aproximadamente 5,5% do total veiculado no jornal.

Durante o período de observação, o veículo da rede que contou com mais exposições no Segunda Edição foi a TV Univates, de Lajeado, com seis matérias exibidas, distribuídas em cinco edições. Em segundo lugar ficou a UPF TV, de Passo Fundo, a qual teve cinco matérias exibidas, distribuídas em cinco edições.

Para a análise dos materiais a partir do conceito da audiência presumida, foi selecionado um VT de cada um dos temas mais recorrentes entre os materiais da rede recebidos e exibidos. São eles Saúde, Economia, Infraestrutura e Educação, totalizando uma amostra de quatro matérias produzidas pelos veículos parceiros. Para entender os fatores que justificaram a escolha deles para irem ao ar, foi considerado tanto a construção individual dos mesmos quanto sua relação aos outros materiais do telejornal, construída durante a edição do mesmo. Cabeças lidas pelo apresentador não estão nas descrições, pois são escritas pelos editores da TVE-RS.

Saúde: VT Caxumba em Rio Grande – TV Mar (Rio Grande)

O VT faz parte de uma lapada sobre a caxumba, sendo exibido logo após uma matéria sobre a caxumba em Porto Alegre, produzida pela TVE-RS, sem cabeça entre eles. O uso do VT na lapada evidencia seu uso como operador de objetividade com relação à outra matéria, sobre a caxumba em Porto Alegre, que termina em um off cuja frase final é "Isso aconteceu em várias cidades do Estado." Assim, essa matéria atende a audiência localizada fora de Porto Alegre, presumida pelos editores do Segunda Edição.

Economia: VT Exportações de Calçados – Vale TV (Novo Hamburgo)

O VT é sobre o aumento das exportações de calçados do Estado. Embora não componha lapada, como no caso anterior, o VT também tem relação próxima com o exibido anteriormente, sobre a coletiva de divulgação do PIB Gaúcho no primeiro semestre de 2016, no qual se destacou a indústria calçadista. Novamente utilizado como operador de objetividade, a matéria atende a uma necessidade de aumentar a credibilidade do jornal com relação a audiência, a partir de um exemplo prático dos dados abordados na matéria anterior.

Infraestrutura: VT Praça para PCDs – UPF TV (Passo Fundo)

O VT é sobre uma praça recentemente adaptada para pessoas com deficiência e se desenvolve a partir da personagem Daniele. A matéria não cumpre grande papel na relação com outros materiais do telejornal, mas o uso adequado dos operadores de

leitura, interpelação e didáticos trazem uma mensagem interessante sobre respeito às pessoas com deficiência e ao poder público. O chamado a reflexão sobre os temas torna a matéria pertinente não apenas ao espectador de Passo Fundo, mas a toda a audiência do Segunda Edição.

Educação: VT Educação para Detentos – TV Univates (Lajeado)

O VT é sobre o projeto de educação formal para detentos do presídio de Arroio do Meio, o qual havia iniciado na semana em que a matéria foi ao ar. A matéria também não cumpre papel específico na relação com outros materiais do jornal. Porém, ela também apresenta um chamado a reflexão do espectador. Presumindo uma audiência interessada em contrapontos ao tratamento editorial de veículos privados, o VT é uma alternativa às inúmeras pautas com enfoque na crise do sistema prisional do Rio Grande do Sul.

Considerações Finais

Conforme especificado nos princípios da Carta de Brasília, faz parte das obrigações da TV pública dar visibilidade a produção audiovisual regional. Em um momento em que a televisão tradicional tende a encolher em meio aos impactos inevitáveis trazidos pela internet, torna-se cada vez mais comum a limitação das redes comerciais aos seus telejornais baseados nas Capitais e, conseqüentemente, distantes do cidadão presente no interior do Brasil. Assim, fica visível o papel da comunicação pública no contato a essas regiões.

Segundo Coutinho e Mata (2010) há no contato próximo do cidadão com o telejornalismo local o crescimento do protagonismo do povo, através da sua experiência de vida e da sua narrativa. Nessa perspectiva, cresce o papel dos veículos menores, focados no interesse público local e que muitas vezes padecem de visibilidade devido à falta de ligação com os grandes conglomerados de mídia contemporâneos. Dessa maneira, o conceito da parceria da TVE-RS com esses veículos menores se faz importante para o reencontro do cidadão do interior do Estado com seu direito à voz.

Por conta do respeito editorial aos veículos, observa-se também um tratamento semelhante quanto à função de materiais produzidos por cada um dos grupos de parceiros colaboradores do Segunda Edição atualmente. Assim, embora esses usos não sigam estritamente os padrões, televisões universitárias, emissoras comunitárias e WebTVs tendem a colaborar com a informação do jornal de maneiras distintas, mas igualmente importantes para a construção da informação do programa.

Entretanto, embora fiquem claros os benefícios da rede para ambos os lados e o papel dela na construção do telejornalismo público, há alguns pontos na sua operação e utilização que precisam ser observados. Mesmo antes do expressivo corte no orçamento da Fundação Piratini ocorrido em 2015, não se exibia tanto conteúdo produzido pelo interior do Estado como agora. Porém, a porcentagem de material da rede no Segunda Edição ainda é consideravelmente pequena para se atingir o objetivo da TVE-RS de representar todo o Estado em seu jornalismo. Isso se deve a dois fatores.

O primeiro deles se refere à questão do respeito editorial ao material produzido pelos parceiros, fazendo com que um dos pontos mais fortes da rede também gere algum ruído. Como a TVE-RS não intervém nas escolhas de pauta e muito menos na maneira como matérias serão construídas, existe a necessidade de um filtro com relação aos conteúdos, de maneira que reportagens de caráter institucional das Universidades, por exemplo, a menos que tenham muito interesse público, sejam descartados da possibilidade de entrar no Segunda Edição.

Além da maioria desses materiais não colaborarem na construção da comunicação pública, o próprio filtro demanda certo tempo dos profissionais operadores da rede de parceiros. Assim, parte de aproveitamento geral de conteúdos acaba sendo menor.

O segundo diz respeito a estrutura técnica, tanto da TVE-RS quanto das parceiras. Ao passo que alguns veículos possuem capacidade para produção diária de notícias, outros não têm a mesma possibilidade. Na prática, o jornal acaba por dedicar atenção variada a questões regionais, trazendo em suas edições mais conteúdo de Passo Fundo e Lajeado do que outras cidades, como Tapes, por exemplo. Além disso, esse ciclo faz com que um número razoável de veículos parceiros nunca tenha espaço nos telejornais.

Na TVE-RS, imperam as desvantagens de se operar um sistema híbrido tecnologicamente. Apesar das ilhas de edição não-linear já operarem na edição dos jornais, a operação de videoteipes no suíte e consequente necessidade de passar todos os conteúdos a serem exibidos para o obsoleto suporte de fitas DVC-Pro gerou um gargalo na edição, pois somente dois computadores têm a capacidade para fazer essa gravação. Esse fator gera atraso frequente nos processos, o que faz com que alguns materiais da rede sejam derrubados com relativa frequência por não ficarem prontos e gravados em fitas a tempo de irem ao ar.

Por fim, considera-se a rede de parceiros da TVE-RS importante na construção da informação pública de qualidade e na representatividade da diversidade de todos os cidadãos gaúchos no telejornal Segunda Edição. Porém, ainda há questões técnicas que devem melhorar a operação e o aproveitamento das matérias, a fim de concluir os ideais da rede por completo.

Sendo um instrumento de fortalecimento democrático, a televisão pública necessita de uma "redação" maior do que aquelas centralizadas em seus prédios. Precisa do trabalho desses jornais, universidades, veículos comunitários, WebTVs, e do cidadão. Quem sabe nessa consciência encontremos a fórmula para cumprir o exposto no Artigo 223 da Constituição e atinjamos a complementaridade dos sistemas de televisão presentes em todos os cantos do país.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Itamar. TV Brasil: algo novo no ar. 1 ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35701/TV_Brasil_algo_novo_no%20ar.pdf>. Acesso em Agosto de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Decreto nº 62.882, de 21 de Junho de 1968. Outorga concessão ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através de sua Secretária de Educação e Cultura para estabelecer na cidade de Porto Alegre uma estação de radiodifusão de sons e imagens (Televisão), para fins educativos. Diário Oficial [da União], Brasília, v. 4, p. 5179, 25 jun. 1968. Seção 1.

BRASIL. Decreto-Lei nº 236, de 28 de Setembro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Diário Oficial [da União], Brasília, 09 mar. 1967. Seção 1. pt. 1.

BRASIL. Lei nº 4.117, de 27 de Agosto de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Diário Oficial [da União], Brasília, 17 dez. 1962. Seção 1, pt. 1.

COUTINHO, Iluska. Narrativas jornalísticas de referência: informação e diálogo na história da TV Pública. In: VIZEU, Alfredo et al (Org.). Telejornal e Praça Pública: 65 anos de telejornalismo. Coleção Jornalismo Audiovisual. vol. 4. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2015. p. 67-87.

COUTINHO, Iluska. Sobre o (Tele)Jornalismo Público: conceitos e métodos de análise. In: _____. (Org.). A informação na TV pública. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2013. p. 21-39.

COUTINHO, Iluska; MATA, Jhonatan. Dos personagens à incorporação do público: uma análise sobre o lugar do cidadão no telejornalismo. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Org.). 60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica. Florianópolis: Insular, 2010.

FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI – Rádio e Televisão. No ar um projeto em construção: uma contribuição à memória TVE e FM Cultura. 1. ed. Porto Alegre: 2002.

Fundação Piratini. Quem Somos. Disponível em: <<http://www.fundacaopiratini.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=81>>. Acesso em maio de 2016.

HAGUETTE, Maria Teresa Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

JENKINS, Henry. Cultura da Convergência. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

MATTOS, Sérgio. História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Observatório do direito à comunicação. Confira o documento final do Fórum de TVs Públicas. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=18362>>. Acesso em Agosto de 2016.

RICARDO, Militao De Maya. A rede de parceiros da TVE-RS. Porto Alegre, 2016. Entrevista concedida ao autor deste trabalho em 14 de setembro de 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 7.476, de 31 de Dezembro de 1980. Autoriza a criação de Fundação. Palácio Piratini, Porto Alegre, 31 dez. 1980.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 10.536, de 08 de Agosto de 1995. Dispõe sobre o Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Piratini - Rádio e Televisão e dá outras providências. Palácio Piratini, Porto Alegre, 08 ago. 1995.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n.º 14.596, de 01 de Setembro de 2014. Institui o Estatuto da Fundação Piratini. Palácio Piratini, Porto Alegre, 01 set. 2014.

SEGUNDA Edição. Apresentado por Dalva Bavaresco. Porto Alegre: Televisão Educativa do Rio Grande do Sul, 25 de Julho de 2016, 19h. Duração 30 min. Disponível em: <<https://youtu.be/8SolY5PDens>>.

SEGUNDA Edição. Apresentado por Dalva Bavaresco. Porto Alegre: Televisão Educativa do Rio Grande do Sul, 26 de Julho de 2016, 19h. Duração 30 min. Disponível em: <<https://youtu.be/zfgYnFd2aWs>>.

SEGUNDA Edição. Apresentado por Dalva Bavaresco. Porto Alegre: Televisão Educativa do Rio Grande do Sul, 27 de Julho de 2016, 19h. Duração 30 min. Disponível em: <<https://youtu.be/MEvxzgXXy18>>.

SEGUNDA Edição. Apresentado por Dalva Bavaresco. Porto Alegre: Televisão Educativa do Rio Grande do Sul, 28 de Julho de 2016, 19h. Duração 30 min. Disponível em: <<https://youtu.be/nMhLyRHersE>>.

SEGUNDA Edição. Apresentado por Dalva Bavaresco. Porto Alegre: Televisão Educativa do Rio Grande do Sul, 29 de Julho de 2016, 19h. Duração 30 min. Disponível em: <<https://youtu.be/0gSunhykJEk>>.

SEGUNDA Edição. Apresentado por Dalva Bavaresco. Porto Alegre: Televisão Educativa do Rio Grande do Sul, 01 de Agosto de 2016, 19h. Duração 30 min. Disponível em: <<https://youtu.be/RVKIhvSDYWU>>.

SEGUNDA Edição. Apresentado por Dalva Bavaresco e Vitor Dalla Rosa. Porto Alegre: Televisão Educativa do Rio Grande do Sul, 02 de Agosto de 2016, 19h. Duração 30 min. Disponível em: <<https://youtu.be/oTUz05ED7XU>>.

SEGUNDA Edição. Apresentado por Dalva Bavaresco e Vitor Dalla Rosa. Porto Alegre: Televisão Educativa do Rio Grande do Sul, 03 de Agosto de 2016, 19h. Duração 30 min. Disponível em: <<https://youtu.be/FQsfDKMDtmM>>.

SEGUNDA Edição. Apresentado por Dalva Bavaresco e Vitor Dalla Rosa. Porto Alegre: Televisão Educativa do Rio Grande do Sul, 04 de Agosto de 2016, 19h. Duração 30 min. Disponível em: <https://youtu.be/qiWTQ_Nx9jE>.

SEGUNDA Edição. Apresentado por Dalva Bavaresco e Vitor Dalla Rosa. Porto Alegre: Televisão Educativa do Rio Grande do Sul, 05 de Agosto de 2016, 19h. Duração 30 min. Disponível em: <<https://youtu.be/Yf-uVVZ-uHU>>.

VIZEU, Alfredo. O lado oculto do telejornalismo. Florianópolis: Calandra, 2005.